

## SPEA e parceiros querem legislação clara sobre a venda de animais selvagens

### Vendedores vendem animais selvagens online sem serem alvo de fiscalização

Numa semana em que a venda de animais online é discutida na Assembleia da República na sequência de uma [petição](#) dinamizada pelas Associações A Garra e Alover, a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves e as associações parceiras da campanha consideram ser necessário alterar a legislação no sentido de definir claramente a ilegalidade da venda de animais selvagens na Internet, salientando também que é necessário criar legislação para impedir a venda de armadilhas que servem para os capturar. Esta iniciativa surge no âmbito da “[Campanha Contra a Captura e Abate Ilegal de Aves](#)”, uma iniciativa que pretende travar este atentado contra a Natureza.

Atualmente é comum encontrar à venda na Internet não só animais domésticos, mas também selvagens. Entre estes últimos, encontram-se sobretudo aves silvestres selvagens como piscos-de-peito-ruivo, gralhas, pintassilgos, várias espécies de mochos e até águias e falcões. Atualmente, no que diz respeito a espécies selvagens, a lei diz que apenas criadores credenciados pelo ICNF - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas as podem vender. Foi neste contexto que a SPEA tentou averiguar junto do portal de anúncios classificados OLX se seria possível serem aceites apenas anúncios com o número de registo de criador, atribuído pelo ICNF. Contudo, a resposta teve por base que todos os anúncios são da responsabilidade dos anunciantes e que o OLX não se responsabiliza por eles. Ou seja, estão criadas as condições para o tráfico de animais criados e capturados ilegalmente na natureza.

A SPEA e as associações parceiras desta campanha têm recebido todos os anos dezenas de queixas de pessoas indignadas com a situação, que tentam que cheguem às autoridades, nomeadamente o SEPNA – GNR. Contudo, as autoridades têm bastante dificuldade em apanhar os infratores em flagrante delito, o que invariavelmente leva a que nada seja feito e que os crimes passem impunes.

A par desta situação, destaca-se a falha na legislação no que diz respeito à venda de armadilhas utilizadas exclusivamente na captura de aves, como as esparrelas (também conhecidas por costelos ou costelas), redes verticais (também designadas de redes “japonesas”) e outras. As esparrelas são encontradas facilmente em lojas e mercados que vendem produtos relacionados com agricultura, com o pretexto de serem usadas na captura de ratos, mas que, na prática, apenas servem para a atividade ilegal de capturar aves, recorrendo na maioria das vezes a formigas de asa como isco. As redes que se podem adquirir facilmente na Internet também são usadas para capturar aves e muitas vezes nos anúncios é explicado como podem ser usadas com esse fim. O visgo (uma espécie de cola fabricada artesanalmente, colocada nos ramos de árvores e arbustos) é também muito usado em Portugal, sendo fácil de comprar online.

Para mais informações contactar:  
**Julieta Costa**

Coordenadora da campanha  
TM 91 94 665 74

e-mail [julieta.costa@spea.pt](mailto:julieta.costa@spea.pt)



Coordenação



Parceria



De acordo com Julieta Costa, responsável pela campanha, "o tão fácil acesso a meios para apanhar as aves, leva a que a captura ilegal seja acessível a qualquer um. Os pássaros e outras aves que são mortos ou colocados em gaiolas são uma perda para a biodiversidade e também para todos nós, basta pensarmos na grande utilidade que estas pequenas aves têm para a agricultura, uma vez que se alimentam de insetos, evitando assim as pragas. **É urgente produzir nova legislação que proíba a comercialização e detenção deste tipo de armadilhas, porque só dessa forma se irá na direção de travar a captura ilegal de aves em Portugal.**"

Julieta Costa considera que "existe ainda uma grande desinformação por parte das pessoas que não têm consciência de que estão a fazer algo errado, e de que poderão efetivamente ser punidas por lei, com coimas elevadíssimas".

Esta fase da campanha termina no final do ano, mas existe ainda um longo caminho pela frente. A continuação da campanha apenas foi possível devido a financiamentos de pessoas e empresas privadas. Por ainda haver um longo caminho a percorrer na luta contra este problema, a SPEA espera poder contar com mais apoios financeiros num futuro próximo.

Esta campanha é coordenada pela SPEA e conta com o apoio da Liga para a Protecção da Natureza (LPN) e das Associações Almargem, RIAS – Centro de Recuperação e Investigação de Animais Selvagens/Associação ALDEIA e A ROCHA.

---

Notas para os editores:

[Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves](#) – A SPEA é uma Organização Não Governamental de Ambiente que trabalha para a conservação das aves e dos seus habitats em Portugal. A SPEA faz parte da BirdLife International, uma aliança de organizações de conservação da natureza em mais de 100 países, considerada uma das oridades mundiais no estudo das aves, dos seus habitats e nos problemas que os afetam. | [www.spea.pt](http://www.spea.pt)

Mais informação sobre a campanha - <http://www.spea.pt/pt/participar/campanhas/captura-e-abate-ilegal/>

Visite-nos:

[www.facebook.com/spea.madeira](http://www.facebook.com/spea.madeira)



[https://twitter.com/spea\\_birdlife](https://twitter.com/spea_birdlife)

Para mais informações contactar:  
**Julieta Costa**

Coordenadora da campanha

TM 91 94 665 74

e-mail [julieta.costa@spea.pt](mailto:julieta.costa@spea.pt)

| Coordenação



| Parceria

